

Memórias construídas: a Revolta Federalista e da Armada na correspondência de Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto (França-Brasil, 1894)

Memories built: Federalist and Armada revolt in Santa-Anna Nery's correspondence with Floriano Peixoto (France-Brazil, 1894)

Waleska Sheila Gaspar
Mestre em História
Universidade de Passo Fundo
gaspar.waleska@gmail.com

Recebido em: 15/08/2018

Aprovado em: 09/09/2019

Resumo: Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados pela tensão dos problemas políticos e pelas lutas pelo poder entre os diversos ramos civis e militares. Dois eventos, em particular, fizeram parte desses acontecimentos conflituosos, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro (1893-1894) e a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul (1893-1895). Este trabalho busca analisar a correspondência enviada ao vice-presidente Floriano Peixoto, durante o decorrer desses conflitos, pelo intelectual e jornalista amazonense Frederico Santa-Anna Nery, enquanto este residia em Paris. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo compreender, por meio do exame das fontes, a repercussão internacional das revoltas que ocorriam no país, bem como as interpretações e estratégias utilizadas por Santa-Anna Nery na defesa da política empregada por Floriano Peixoto frente à imprensa europeia.

Palavras-Chave: Revolta da Armada; Revolução Federalista; Correspondência.

Abstract: The first years of the Republic in Brazil were marked by a tension of the political problems and the battles for power between the several civil and military branches. Two events in particular were part of this conflictive period, the Armed Uprising in Rio de Janeiro (1893-1894) and the Federalist Revolution in Rio Grande do Sul (1893-1895). This paper seeks to analyze the letters sent to Vice Presidente Floriano Peixoto, during the period of these conflicts, by Amazonian intellectual and journalist Frederico Santa-Anna Nery, while residing in Paris. Thus, the research aims to understand, through the examination of the sources, the international repercussions of the conflicts that occurred in the country, as well as the interpretations and strategies used by Santa-Anna Nery in defense of the policy applied by Floriano Peixoto regardsthe European press.

Keywords: Armed Revolt, Federalist Revolution, Correspondence.

Introdução

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados por grande agitação política e militar. A transição do Império para a República por meio do golpe de 1889, a Constituição de 1891, a renúncia de Deodoro da Fonseca e as revoltas que eclodiram nesse período são alguns dos aspectos que contribuíram para o agravamento do cenário político do país.

Ascendendo à chefia do governo federal, após Deodoro da Fonseca abdicar em 1891, o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto enfrentou duas graves revoltas, as quais revelaram o clima de tensão dos problemas políticos brasileiros da época e a crise de legitimidade do governo instituído. As revoltas que eclodiram, nesse contexto, foram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895) e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro (1893-1894). A disputa pelo poder entre os diversos ramos civis e militares incentivaram o uso da força como meio de impor as diretrizes políticas que estavam em jogo.

Até certo ponto conectados, tais conflitos abalaram a ordem dos poderes instituídos, sendo combatidos por Floriano Peixoto, o qual acabou por ser reconhecido como “Marechal de Ferro” e “consolidador da República”, após por fim às revoltas. É neste contexto que se situa a análise deste trabalho, partindo da leitura de cartas endereçadas ao vice-presidente Floriano Peixoto, tendo como autoria o escritor e jornalista Frederico Santa-Anna Nery, enquanto este residia em Paris.

As fontes utilizadas neste trabalho fazem parte do Fundo Floriano Peixoto, disponível para acesso no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. O referido fundo é constituído de documentos produzidos e acumulados pelo titular no período em que exerceu a presidência da República (1891-1894). Dentre os registros, pode-se encontrar: correspondência pessoal, telegramas, correspondência diplomática, processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos, decretos, ofícios, petições, nomeações, entre outros.

O sistema de arranjo do acervo está organizado em diferentes seções reunidas em dossiês com numeração sequencial que vai de 1 a 1.493. Para fins desta pesquisa, foram selecionadas as correspondências recebidas por Floriano Peixoto e remetidas pelo jornalista Santa-Anna Nery. Em suma, o conteúdo presente no *corpus* documental corresponde a cartas comentando notícias veiculadas em jornais franceses, americanos e ingleses (*Journal des Débats, New York Herald, Times, Le Journal, L'epoque, Le Nouveau Monde, L'Eclair, Temps*) publicados durante dos anos de 1893 e 1894, sobre as revoltas que estavam ocorrendo no Brasil. Ademais, as informações são acrescidas de traduções e recortes de tais notícias e artigos publicados nestes jornais a mando de Santa-Anna Nery, em defesa do governo legal.

O uso de cartas na historiografia abre um grande campo de possibilidades para o historiador. A renovação no campo da história política também contribuiu neste sentido ao retomar a análise do documento escrito a partir de novas perspectivas, permitindo a adoção de diferentes aportes analíticos para sua interpretação. Desse modo, como salienta Teresa Malatian, ao tomar este tipo de documento como fonte, o historiador entra em contato com conversas fragmentadas a serem decodificadas em sua dimensão histórica ao mesmo tempo em que reconhece o contexto de uma época, entrelaçando a singularidade do indivíduo que escreve a uma dimensão coletiva (2013, p. 200). Assim sendo, essa proposta de análise tem como objetivo compreender, por meio da correspondência examinada, a repercussão internacional das revoltas que ocorriam no país, bem como a dinâmica das relações estabelecidas entre o remetente e o governo instituído. Também, buscar-se-á elucidar as interpretações e estratégias utilizadas pelo jornalista na defesa da política empregada por Floriano Peixoto frente à imprensa internacional, pretendendo perceber, ao mesmo tempo, o engajamento na vida política dos atores históricos envolvidos.

Em síntese, a proposta desta pesquisa visa contribuir com novas perspectivas sobre a dimensão que as revoltas, em estudo, alcançaram internacionalmente frente às discussões sobre a imprensa da época levantadas pelo remetente das cartas analisadas. Além disso, como ressalta Malatian, a análise de correspondências possibilita esclarecer a difusão das ideias entre determinado grupo, a fixação de certas visões como dominantes numa dada época e seu poder de influir nos acontecimentos (2013, p. 209).

A história política renovada e o uso de cartas como fonte na pesquisa histórica

A história política vem sendo rediscutida nas últimas décadas, levantando debates que envolvem seus paradigmas, conceitos e procedimentos metodológicos. Como salienta o autor José D'Assunção Barros (2009), enquanto a história política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados – a chamada história política tradicional –, a nova história política, principalmente após a década 1980, passa a se interessar também pelo “poder” em outras modalidades. Conforme o autor,

Entre outros aspectos a serem oportunamente considerados, o que esteve em jogo na passagem de uma tradicional História Política, tal como ela era elaborada no século XIX, a uma Nova História política que terá o seu momento de especial intensidade a partir das últimas décadas do século XX, foi de fato um conjunto profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra "poder" ou através dos complexos desenvolvimentos históricos de sua compreensão pela comunidade científica. (...) "Poder" - de acordo com a nova ótica que foi se impondo gradualmente - é aquilo que exercemos através das palavras ou das

imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos (BARROS, 2009, p. 149).

Quando nos referimos à história política enquanto tradicional ou renovada precisamos considerar que esta última, como a primeira modalidade da História¹, perpassou diversas mudanças no que compreende às correntes filosóficas e perspectivas de sua interpretação ao longo do tempo. A história política institucionalizou-se na segunda metade do século XIX com a configuração do positivismo, mas este como continuação, em novas bases, do pensamento Iluminista.

Como elucida Francisco Falcon, prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional pretendeu ser também memória, “coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária” (1997, p. 54). A crítica endereçada à história política tradicional recaía, sobretudo, sobre a história positivista institucionalizada no século XIX. Conforme salienta Falcon (1997), o positivismo tinha como princípio a objetividade e a neutralidade dos historiadores ao “reviver” a História, baseando suas análises em perspectivas deterministas, utilizando-se de uma variedade de documentos oficiais ou escritos e ordenando os fatos mais importantes, geralmente ligados à política e aos grandes líderes, em uma ordem cronológica e linear de apreensão do tempo, descrevendo-os como o passado real da humanidade.

O predomínio do positivismo começaria a mudar a partir da década de 1920, quando se desenvolve uma nova fase na historiografia, especialmente a de cunho francês. Isso se deve, sobretudo, ao advento da *Escola dos Annales*, época na qual a história política perdeu seu prestígio à medida que avançava a renovação proposta e praticada pelo movimento, tendo como seus principais precursores Lucien Febvre e Marc Bloch.

A preocupação dos *Annales* com a construção de uma história-problema contrastava-se com a narrativa descritiva da velha história política - a ênfase nas séries, na conjuntura e na estrutura tornava o fato desprezível, a longa duração tornava o tempo do episódio insignificante, conforme Fernand Braudel (1982, p. 11), uma duração “caprichosa” e “enganadora”. Desse modo, como salienta Cassio Albernaz, o “combate”, no sentido *annaliste* à história política, parece confundir “o

¹ A história nasceu com a intenção de narrar episódios políticos, a exemplo dos trabalhos de Heródoto e Tucídides. Esta vertente tornou-se mais forte no século XIX, sob a influência de Leopold Von Ranke e seus seguidores, obstruindo o crescimento de outras abordagens que elegessem o cultural, o social ou o econômico para análise (BURKE, 1997, p. 11-12).

político” enquanto objeto de estudo que possibilita a compreensão de alguns fenômenos sociais, com as noções de acontecimento e de contingência (2011, p. 13).

Ao encontro disso, Jacques Julliard (1988), ao discutir o papel da história política na historiografia, defende que o problema não estava no objeto do político, mas sim, nos métodos empregados pelos historiadores. Longe de pretender interceder a favor da tradicional história condenada pelos *Annales*, o autor considera que por muito tempo a história política deixou de produzir uma problemática, o que justificaria a perda do seu prestígio frente à historiografia francesa. Sendo assim, Julliard ressalta que os limites impostos à história política estariam relacionados às questões metodológicas restritas e a simples narração dos fatos, configurando a ausência de problematizações mais profundas.

O ensaio crítico proposto por Julliard faz parte de um conjunto de trabalhos que vinham sendo produzidos na Europa nas décadas 70 e 80 do século XX, os quais se propuseram a debater a política do ponto de vista da historiografia, rediscutindo possibilidades e perspectivas para sua renovação. Para Jacques Le Goff (1983), as novas discussões que emergiam tinham como enfoque o político no sentido de cultura e de poder, em oposição a tradicional história política, visto que os fatos já não ocupavam lugar de destaque, mas sim as mentalidades, os signos e os símbolos políticos de poder.

Na órbita das discussões, o historiador René Rémond defende que o retorno de um interesse pela temática seria o signo de uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a História faz sobre si mesma e, também, o resultado de uma nova configuração, marcada tanto pelas mudanças, que neste novo contexto passaram a afetar o político, como pelas que dizem respeito ao olhar que o novo historiador dirige a este político. Para o autor, o político não pode ser delimitado por uma coleção de objetos ou de um espaço, ele não tem fronteiras naturais, e por isso, somos levados a definições mais abstratas, onde a mais constante é pela referência ao poder. (2003, p. 444).

Assim, ao incorporar novos objetos e novas abordagens, visando compreender o universo do político de forma mais ampliada, a história política renovada aproximou-se de outras questões que perpassam os fenômenos econômicos, culturais e sociais. De acordo com esta nova ótica, o poder se estende a outras coletividades, setores das atividades humanas, é expresso nas palavras e nos modos de comportamento. Conforme Julliard (1988), o poder neste contexto, adquire uma noção muito mais ampla que o Estado. Sendo assim, há a preocupação de fazer aparecer as relações

entre as instituições políticas e as formações sociais subjacentes. A compreensão do político transcorre, neste sentido, no reconhecimento dos jogos de interesses, nas relações de poder estabelecidas e na multiplicidade de fatores que influenciam as decisões em diferentes esferas.

Em face disso, percebemos que, em parte, a recuperação do prestígio do estudo do político na historiografia recente tem sido possível devido à renovação das suas abordagens e métodos, bem como o contato estabelecido com novas fronteiras teóricas. Este contexto permitiu ao historiador levantar novas problemáticas e interpretações. É possível observar, desta forma, que diferentes perspectivas de análises podem servir ao estudo de fontes muitas vezes tidas como convencionais, como os documentos escritos e/ou oficiais. Um exemplo disso é o uso das cartas na pesquisa histórica. Há muito tempo utilizadas pelos historiadores em seus exames, as cartas são retomadas como o próprio objeto de investigação frente aos novos enfoques explorados pela historiografia. A autora Angela de Castro Gomes destaca que tal posicionamento requer mais investimentos na utilização e na análise das cartas, resultando em uma maior atenção às questões teóricas metodológicas que envolvem esse tipo de fonte (2004, p. 10).

Sendo assim, o uso de correspondências na pesquisa abre um grande campo de possibilidades para o historiador, constituindo um meio privilegiado de acesso a informações visto o papel cada vez mais relevante que as cartas assumiram nas sociedades ao longo dos séculos. O hábito da correspondência aumentou significativamente a partir do século XVIII com o crescimento da alfabetização. Nesse contexto, verificou-se a ampliação das práticas de escrita e de leitura alcançando, assim, diversas camadas sociais. As cartas eram utilizadas para expressar sentimentos, emoções, experiências, pedidos, recomendações, conselhos, entre muitas outras modalidades, chegando ao século XIX como o gênero mais difundido de escrita, tornando-se até mesmo uma moda (MALATIAN, 2013, p. 196).

Conforme afirma Malatian, ao utilizar-se de cartas na análise histórica inevitavelmente encontrar-se-á no caminho as especificidades do gênero epistolar, ou seja,

trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos. É o receptor quem irá provavelmente controlar sua preservação ou destruição, numa prática de memória implícita ou explícita no pacto epistolar e seus desdobramentos, os atos de escrever, enviar, receber, ler, responder e guardar cartas (MALATIAN, 2013, p. 203).

Assim sendo, o historiador deve considerar que as cartas são fragmentos de uma história, pois nada impede que parte das correspondências sejam destruídas se assim for a vontade do titular,

ou que as condições de conservação e escrita tornem sua leitura um desafio. No caso de cartas produzidas ou endereçadas à pessoas com inserção pública e destacada, como é o caso das fontes utilizadas nesta pesquisa, estes aspectos devem ser levados em conta. Como salienta Malatian, correspondências de figuras públicas são conservadas com o conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas, sofrendo, nesse sentido, a seleção daquilo que deve ser preservado e divulgado para olhares futuros (2013, p. 202).

Determinadas questões acerca de categorias como a memória e o esquecimento também devem ser consideradas como possíveis interpretativos para a compreensão da documentação. Conforme o filósofo francês Paul Ricoeur, na tríade memória, história, esquecimento, a memória é um suporte do passado que define características na construção de imagens, ou seja, uma "memória manipulada" a qual estaria sujeita a "abusos do esquecimento" (2007, p. 454). Neste sentido, os homens tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos, bem como por meio de processos da reconstituição, no presente, de imagens do passado.

A análise da documentação selecionada para este trabalho nos convida a refletir sobre aspectos que perpassam a compreensão da memória e do esquecimento, visto que o esquecimento pode incorrer em exercícios de apagamento, omissão, invenção e imposição, em nome da memória. Aspectos estes denominados por Ricoeur como "esquecimento exercido" (2007, p. 427). Por isso, o esquecimento enquanto ação consciente do sujeito, deve ser examinado com cuidado pelo historiador na reconstrução dos discursos historiográficos.

Ademais, o uso de correspondências em análises históricas deve levar em consideração as narrativas construídas pelo indivíduo, considerando a subjetividade do documento. Sendo assim, Gomes ressalta que,

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (2004, p. 15).

Desse modo, as narrativas presentes na correspondência a ser analisada, devem ser interpretadas à luz das seleções dos sujeitos envolvidos, pois, como bem elucidada Ricoeur, "ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro" (2007, p. 459). Dessa forma, a função narrativa que estrutura a memória é decorrente de uma seleção, resultado da tensão entre lembrança e esquecimento dos acontecimentos. Conforme afirma Ricoeur (2007, p. 98), a disputa do poder

rege o embate memorial, aí aparecem os abusos, distorções e táticas para a manutenção do *status quo*. Tais aspectos são relevantes e devem ser levados em consideração na pesquisa pretendida, pois, sobretudo, as revoltas em exame carregam consigo uma disputa pelo poder em um plano institucional e, sendo assim, entramos em contato com uma memória exercida, uma memória ensinada, ou seja, parte-se da premissa de que a memória é seletiva e por tal motivo, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam.

Neste prisma, cabe trazer à discussão a noção sobre rastros de memória propostas por Ricoeur. Classificando os rastros, o autor chama a atenção para três classes: o rastro escrito, ou seja, o documento; o psíquico, aquele impresso na memória através de imagens sobre determinado evento marcante ou chocante; e, por fim, o rastro cortical, tratado pela neurociência como rastro mnésico. Nas palavras do autor:

Resta decifrar os hieróglifos, como quando se lê a idade da árvore, contando-se os círculos concêntricos desenhados no corte do tronco. Em resumo, para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença (2007, p. 434).

Para Ricoeur, o rastro é passível de ser alterado, destruído ou apagado. Sendo assim, como é possível sabermos os ciclos de uma árvore ao corta-la, é factível, pelos rastros da memória, reconhecer que algo aconteceu. Contudo, da mesma forma que no corte da árvore não é possível compreender o que de fato se passou até se chegar àquela fase, na memória ocorre algo semelhante: ficam os rastros de algo que aconteceu, mas eles não demonstram em si o conteúdo dos fatos ocorridos. Dessa forma, a manipulação pelo historiador destes rastros se dá no sentido de se tornarem fontes decifráveis ligadas à necessidade/tentativa humana de compreensão do passado.

Por esse motivo, cabe ao pesquisador decidir o que irá buscar nesses documentos, levantando problemáticas que correspondam aos objetivos propostos no trabalho, buscando não a veracidade dos fatos, mas sim, compreender os aspectos relacionados ao contexto no qual as correspondências foram produzidas, bem como os diversos papéis sociais, culturais e políticos dos atores históricos envolvidos. Malatian assinala que as considerações feitas sobre esse tipo de escrita:

Remete à constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais se inteirou de diversas formas como conversas, leituras, relatos (2013, p. 204).

Em face disso, a proposta desta pesquisa é compreender a correspondência destinada ao vice-presidente Floriano Peixoto dentro dos aspectos anteriormente mencionados, os quais dão um novo lugar para a análise de cartas dentro da pesquisa histórica. Desse modo, as missivas utilizadas como fonte neste trabalho contribuem significativamente com novas percepções de um contexto específico, marcado pelas revoltas e pelo clima político de intensa agitação.

A República em tempos de guerra: as revoltas na correspondência de Santa-Anna Nery

A Revolução Federalista, que eclodiu em 1893, é resultado de um quadro de instabilidades que remontam a antigas rivalidades entre os partidos que disputavam o poder do estado rio-grandense. Com o advento da República, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ascende ao governo sob o comando de Júlio de Castilhos, o qual empreende implacável perseguição e derrubada de seus opositores dos cargos públicos e posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios. Afastados do poder, chefes liberais e dissidentes republicanos fundam o Partido Federalista, no início de 1892, tendo como lideranças João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins.

Organizados em território uruguaio², os federalistas arquitetaram a invasão do estado que ocorreu em fevereiro de 1893. O Exército participou ativamente do conflito, oficiais tidos como fiéis a causa republicana foram cedidos ao governo do estado rio-grandense, postos como comandantes de brigadas e batalhões. A guerra civil se estenderia até 1895, ultrapassando os limites do estado, chegando à Santa Catarina e ao Paraná, e deixaria a marca da extrema violência cometida nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola (FLORES, 1996, p. 168).

Em setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, deflagrava-se a segunda Revolta da Armada, quando oficiais da marinha insurgiram contra o governo de Floriano Peixoto. À frente da rebelião estava o ex-ministro da Marinha, Custódio de Mello, que esperava a renúncia do vice-presidente Floriano Peixoto, como o fez Deodoro da Fonseca na primeira Revolta da Armada

² De acordo com Ana Luiza Setti Recziegel (2015), as vinculações estabelecidas na fronteira entre os territórios do Uruguai e Rio Grande do Sul podem ser interpretadas pelos elementos regionais, que além das condições geográficas e as movimentações demográficas, estão ligadas às características étnicas e culturais, bem como aos padrões econômicos, comerciais e às alianças sociais e políticas, derivativos de uma história que se fez comum desde início da ocupação lusitano-espanhola, determinando o caráter de uma mentalidade coletiva que, na prática, ignorou, muitas vezes, as marcas dos limites nacionais. Muitos dos estancieiros que investiam seu capital em terras uruguaianas eram simpatizantes ou membros do Partido Federalista, sendo assim, o exílio no país vizinho permitiu aos federalistas traçarem suas estratégias de ação revolucionária e firmar alianças.

comandada por Custódio de Mello em 1891. Contudo, o Marechal manifestou sua intenção de resistir até as últimas consequências, resultando na retirada, após vários ataques frustrados, da esquadra dos revoltosos que ameaçava bombardear a cidade do Rio, para a Ilha de Desterro, atual Florianópolis, onde foi estabelecido um governo provisório.

Aderindo à revolta em dezembro, o almirante Saldanha da Gama deu a conhecer às autoridades a informação de que o comando das tropas revolucionárias passaria a ser exercido por ele. Nesse ínterim, as tropas federalistas do Sul tomaram o sentido leste para estabelecer contatos com os revoltosos da Armada que se encontravam em Desterro.³ Em março de 1894, Floriano Peixoto, amparado pelas forças do Exército, e com uma nova frota de navios adquirida no exterior, pôs fim ao movimento revoltoso da Marinha.

O conjunto documental utilizado neste trabalho refere-se a cartas endereçadas ao vice-presidente da República durante os primeiros meses de 1894, escritas pelo intelectual e jornalista Frederico Santa-Anna Nery (1848-1901), enquanto este residia em Paris. Cabe aqui fazer uma breve explanação sobre a vida de Santa-Anna Nery para a melhor compreensão de seu papel no contexto em análise.

Intelectual amazônico, Santa-Anna Nery se destacou como um dos principais divulgadores da região no exterior, tornando-se figura ativa nas relações internacionais brasileiras durante o Império e início da República. Além de escritor, Santa-Anna Nery era jornalista e escrevia em diversos jornais no exterior. Sobre a atuação do autor neste período, Ana Carolina de Abreu Coelho destaca:

Em 1874 mudava-se para Paris, local em que conquistou um círculo de amizades com gente ilustre como Vitor Hugo, Franz Liszt e o príncipe Roland Bonaparte; fora isso, vários intelectuais e pessoas da alta sociedade eram assíduos no salão de sua residência em Paris. Colaborou com os jornais franceses *L'Événement*, *Écho de Paris*, *L'opinion* e *Le figaro*, produzindo artigos sobre o Brasil. Foi diretor do periódico *L'Amérique* e o primeiro correspondente brasileiro do jornal *Republique Française* instituído por Leon Gambito um dos chefes prestigiados do partido republicano francês. Escreveu também para os jornais italianos *La Tribuna*, *Libertá*, *Journal de Rome* e *Il Século* e para o jornal londrino *Society* de 1874 a 1882 escreveu para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, assinando a coluna *Ver, ouvir e contar*. Era um dos proprietários e diretores da *Revue du monde Latin* e diretor da

³ Cabe ressaltar que nesse contexto não havia total coesão entre os dois grupos rebeldes. A aproximação entre eles se deu pelo desejo de estabelecer um governo provisório, tendo como um dos objetivos principais conseguir atrelar relações com países do Prata, para que estes declarassem beligerância com o Brasil, o que impediria a venda de armamento ao governo federal. Porém, o propósito de fortalecimento dos movimentos revolucionários não foi alcançado (RECKZIEGEL, 2015, p. 141). Somado a isso, os líderes federalistas temiam a associação da revolução com o movimento monarquista, uma vez que as declarações do almirante Saldanha da Gama demonstravam suas inclinações monárquicas.

redação do periódico *Le Brésil*, revistas que procuravam expor uma imagem positiva do Brasil e dos países latino-americanos (2007, p. 15).

Um fator interessante a ser destacado sobre a vida de Santa-Anna Nery é sua postura política ambígua.⁴ Como ressalta Coelho, o jornalista tinha estreita ligação com a monarquia durante o Império no Brasil, sendo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e recebedor de diversas homenagens pelo Imperador, contudo, podia se “ambientar” muito bem com políticos ligados à república (2007, p. 19). Tais aspectos podem ser observados nas leituras das cartas endereçadas a Floriano Peixoto, as quais tratam com muito prestígio a figura e a política adotada pelo vice-presidente enquanto este ocupava o cargo de chefe de Estado.

Neste contexto, é perceptível como Santa-Anna Nery buscava ser o elo entre a Europa e o Brasil. Nas revistas e jornais nos quais atuava no exterior, o autor procurava expor o desenvolvimento do Brasil e também da Amazônia, através de um discurso que propagava a ideia de um país aparentemente europeu em prosperidade e comunicação, com o diferencial de possuir uma excelente produtividade natural e um território bastante superior (COELHO, 2007, p. 30). Em suma, Santa-Anna Nery fazia parte de um círculo de intelectuais nacionalistas que, mesmo com a transição do regime monárquico para o republicano, não deixou de lado seu engajamento na vida política enquanto propagandista do Brasil no exterior.

As correspondências analisadas permitem reconhecer tais aspectos. As cartas buscavam informar e, ao mesmo tempo, alertar Floriano Peixoto sobre as notícias que estavam circulando nos jornais da Europa acerca das revoltas que aconteciam no Brasil, bem como salientavam as atitudes tomadas pelo jornalista em resposta e defesa do governo legal quando este era alvo de críticas.

Em carta datada de 19 de fevereiro de 1894, Santa-Anna Nery informava Floriano sobre uma nota que redigiu em resposta ao *Journal des Débats*, o qual, segundo o autor, não escondia suas simpatias aos revoltosos, mas que, mesmo assim, havia publicado a retificação, contudo, acompanhada de comentários recheados de inexatidões. Felizmente, continuava Santa-Anna Nery, outros “grandes órgãos da imprensa diária” haviam publicado sua nota, como *New York Herald* e outras folhas inglesas. Na mesma correspondência, o jornalista informava sobre algumas linhas

⁴ Cabe ressaltar que tal postura não se deu de forma isolada. A velocidade e a força do processo de transformação pelo qual o Brasil passou na segunda metade do século XIX, os quais resultaram no advento da proclamação da República, foi marcado por incertezas. Diante disso, os primeiros anos republicanos foram marcados pelas dissensões, pelas divergências e pelas disputas em torno do caminho a seguir e da conciliação dos diferentes interesses das forças que sustentavam o novo regime.

presentes no jornal *Times*, de Nova York, as quais se referiam a um telegrama expedido por Ruy Barbosa enaltecendo a necessidade de serem os revoltosos reconhecidos como beligerantes, ao passo que a folha respondia ser "Ruy Barbosa um mentiroso, que os insurgentes não tinham direito algum, e que logo estariam desbaratados" (NERY, 1984a).

Em outra correspondência, Santa-Anna Nery escrevia ter a honra de remeter a Floriano artigos que redigiu e mandou publicar em defesa do governo legal. Entre os assuntos, destacou que no periódico *Le Journal* escreveu um artigo tendo por finalidade mostrar que, não restava mais aos sediciosos sombra de pretexto para continuarem as suas "piratarías", havendo Floriano Peixoto demonstrado com fatos que respeitava à risca a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (NERY, 1984b).

Dessa forma, afirmava ter respondido a boatos publicados nos jornais franceses *L'époque* e *Le Nouveau Monde*, os quais versavam que a Revolta da Armada estava por alcançar a vitória, visto que o governo não tinha elementos suficientes para resistir. Por fim, dizia ter refutado, em termos enérgicos, as insolências do *Journal des Débats*, o qual não havia hesitado em aconselhar os insurgentes para que prosseguissem na luta (NERY, 1984b).

Visto dessa forma, é perceptível a atuação expressiva de Santa-Anna Nery enquanto jornalista que buscava contestar qualquer manifestação contrária endereçada ao governo brasileiro. As cartas evidenciam o papel desempenhado pelo intelectual na reverberação das diretrizes políticas tomadas por Floriano Peixoto, bem como comprovam as tentativas de mobilizar a imprensa em seu favor.

Ao mesmo tempo, devemos levar em consideração que o próprio poder instituído mantinha a preocupação de defender-se aos olhos estrangeiros. Em alguns casos, a atuação dos jornalistas estava ligada a superintendências administrativas no exterior que financiavam seus trabalhos para atuarem na imprensa fora do país. Isto fica claro em uma das cartas de Santa-Anna Nery quando o autor faz um apelo ao descrever a situação em que se encontravam os funcionários da superintendência em Paris:

Julgo haver assim cumprido meu dever, embora a superintendência se ache literalmente sem um real, não tendo podido nem mesmo pagar os ordenados de fevereiro dos seus empregados, todos pais de família e sem outros recursos em terras estranhas (NERY, 1984b).

Além de sua atuação na imprensa, Santa-Anna Nery mostrava-se inteirado sobre outros assuntos relacionados ao conflito, notificando medidas adotadas para evitar a compra de

material bélico na Europa pelos revoltosos. Sua influência nas relações internacionais permitia que tomasse conhecimento de alguns fatos intervindo diretamente em tais questões, as quais reportava de imediato ao vice-presidente Floriano Peixoto:

Tendo recebido informações, que me pareciam fidedignas, de que em Hamburgo se tinham efetuados embarques de chumbo, pólvora e até dinamite com destino a portos do Sul da República, dirigi-me, confidencialmente ao nosso ministro em Berlim, Barão de Itajubá, para que se dignasse providenciar a tal respeito. Deu-me segurança de que tal não se dará, suspeitando, porém, que embarques se tinha efetuado em Antuérpia, e acrescentando que já havia telegrafado ao Governo a tal respeito. O Sr. Consul em Londres compartilhou-me em reserva que tinha sido procurado pelos negociantes *Samuel and Brothers*, que desejavam expedir material de guerra para Santos. Escrevi-lhe logo que não deixasse partir material bélico algum sem que os encarregados da expedição comprovassem com documentos autênticos a remessa destinada exclusivamente ao Governo Legal. Ao levar essas ocorrências ao conhecimento de V. Ex.^a, tenho a honra de assinar-me com a mais sabida consideração e perfeita lealdade (NERY, 1984b).

Diante do exposto, percebemos como Santa-Anna Nery mantinha-se atento às informações que circulavam no interior dos assuntos envolvendo os conflitos que ocorriam no país e a capacidade que tinha em intervir em tais questões. E ainda, as entrelinhas das cartas revelam que o autor buscava mostrar-se eficiente perante Floriano, uma forma de dizer “estou aqui” e “minhas atitudes são significativas”, aumentando assim sua credibilidade. Ao mesmo tempo, o trecho revela a existência de toda uma rede de informações articuladas, demonstrando a abrangência alcançada pelas revoltas no exterior.

Com a derrota da Revolta da Armada, em março de 1894, Santa-Anna Nery passa a remeter ao vice-presidente as notícias sobre a vitória do governo, nas palavras do jornalista:

A notícia da vitória do governo foi aqui conhecida com tanta rapidez que a minha intervenção na imprensa tornou-se quase desnecessária. Os mesmos jornais que, dias antes, cobriam-nos de contrariedades, foram os primeiros a se indignarem contra os seus amigos da revolta (NERY, 1984c).

Dizia ainda que havia mandado divulgar nota sobre a vitória do governo legal, que foi publicada em jornais como *L’Eclair*, *Le Journal*, e *Temps*. E ainda anexava, junto à carta, um artigo escrito por ele, que foi publicado no jornal republicano *L’Événement*, em resposta ao periódico *Journal des Débats* que, “persistindo em sustentar a causa dos sediciosos, disse que Saldanha da Gama não se tinha rendido, mas que se tinha retirado simplesmente” (NERY, 1984c). O conteúdo escrito por Santa-Anna Nery em seu artigo de resposta atacava de maneira enfática Saldanha da Gama,

afirmando ironicamente que o “valente marinheiro” não havia a quem recorrer após a derrota da revolta, pois nem seus patrícios queriam tomar aquele incômodo. Seguiu seu texto escrevendo que,

Com efeito, não nos esquecemos de que os homens que assim jogaram tão levemente a paz do próprio país e a própria honra pessoal não hesitaram em semear a morte nos bairros mais populosos de uma cidade aberta. O bombardeamento do Rio de Janeiro fica sendo um facto sem desculpa possível desde que não se tratava, para os chefes que o efetuaram, de uma luta na qual deveriam arriscar a vida. Com que direito o almirante Gama apontou os canhões contra a capital do seu país infeliz, se a causa pela qual lutava tinha tão pouca importância que nem mesmo merecia um esforço pessoal da sua luta? (NERY, 1984c).

Frente a isso, Santa-Anna Nery ressaltava que a opinião pública não poderia estar com os “sediciosos”, pois não existia causa alguma nas reivindicações dos revoltosos, além de pretextos pessoais para empunharem armas, referindo-se ao conflito como uma “mesquinha insurreição”. Tomamos, nesse sentido, conhecimento de como a revolta estava sendo repercutida nos jornais europeus. O papel assumido por Santa-Anna Nery é representativo na medida em que demonstra que, para além da imprensa nacional, o assunto tomou lugar nas páginas periódicas no exterior, contando com a atuação de jornalistas que mantinham ligações estreitas com o governo instituído. Ao mesmo tempo, as cartas evidenciam a existência de jornais que apoiavam a causa revoltosa ou criticavam as ações do governo brasileiro, como é o caso do *Journal des Débats*, diversas vezes citado pelo autor.

Tais aspectos podem ser observados ainda em outra missiva, na qual Santa-Anna Nery reporta a Floriano que na data de 23 de março, os jornais haviam reproduzido um telegrama expedido pelo correspondente do *New York Herald*, que referia-se a notícia de que o vice-presidente do Brasil colocava em vigor os Decretos de 1838 e 1851, autorizando a execução, sem processo, de todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, que auxiliaram as revoltas direta ou indiretamente.⁵ Ressaltava o autor que, imediatamente, encaminhou telegrama à Floriano tratando sobre tal questão, com o intuito de fazê-lo “ficar habilitado para responder a qualquer ataque que, por acaso, aparecesse nos jornais simpáticos a causa dos revoltosos”. O jornalista continuava relatando que,

⁵ O Decreto ao qual refere-se Santa-Anna Nery é o de n. 1681, de 28 de fevereiro de 1894, que declarava que os crimes cometidos por civis ou militares estariam sujeitos a foro militar. Destaca Silva (2013) que tal decreto considerava “que o crime de rebelião deveria ser assimilado ao de guerra externa, invocando o decreto n° 61, de 24 de outubro de 1838, para justificar tal medida”, e “definia que os crimes a serem julgados em foro militar, cometidos por civis ou militares, seriam os mesmos arrolados no decreto n° 631, de 18 de setembro de 1851”. Para mais detalhes ver decreto n° 1.681, de 28 de fevereiro de 1894, disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=393726&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>.

como já previa, no dia seguinte à publicação do *New York Herald*, em 24 de março, o jornal *Times*, de Londres, publicou notícia semelhante, em termos “assaz violentos”. Santa-Anna Nery não tendo recebido resposta do telegrama enviado ao vice-presidente, julgou ser urgente não demorar em responder tais investidas do jornal britânico: “mandei um artigo ao *Times* e dirigi cópia desse artigo ao *New York Herald* afim de demonstrar que, a verdadeira notícia, tinha ela plena justificação” (NERY, 1984d).

O artigo escrito aos editores do *Times* foi mandado como anexo para o conhecimento de Floriano. Santa-Anna Nery destacava que outra resposta estava sendo elaborada por ele, a partir da qual, buscava fazer um resumo de toda legislação francesa, com o intuito de provar que a atitude tomada pelo governo legal brasileiro não era mais draconiana do que a dos “diversos povos civilizados da Europa”.

Além disso, os argumentos utilizados no artigo de resposta buscavam justificar a atitude do governo frente à situação em que se encontrava o país. Assim defendia Santa-Anna Nery:

Primeiro que tanto, não é possível que se queira que os sediciosos sejam condenados sem julgamento, mas sim que sejam processados sumariamente, o que é muito diferente, se assim proceder, o marechal Peixoto não pratica nenhum ato arbitrário ou ditatorial; não fará mais do que proceder de conformidade com leis que datam do tempo do Império de Dom Pedro II, o qual por mais que essa circunstancia já ande muito esquecida, também teve que reprimir, durante o seu longo reinado, uma série de sublevações armadas ou verdadeiras revoluções (NERY, 1984d).

O jornalista aproveitava para contrapor as afirmações publicadas pelo jornal *Times* que diziam que o governo brasileiro sofria de um vício orgânico: a fraqueza e a covardia. Nas palavras do autor, diferentemente de Dom Pedro II, que tomou o caminho do exílio sem nenhum protesto, e de Deodoro da Fonseca, que renunciou seu cargo de presidente perante as ameaças da primeira Revolta da Armada, Floriano Peixoto soube resistir, defendendo a legalidade e, sendo assim, “ensinou ao povo brasileiro que é necessário lutar em prol da Constituição”. Por tal posicionamento assumido pelo vice-presidente, não deveria este deixar impune quem perturbava a paz e a ordem no país. Neste contexto, continuava o autor, o respeito à autoridade constituída era basilar e o perdão imediato dos revoltosos apenas levaria o Brasil ao abismo, portanto, a repressão aos insurgentes era algo louvável, não o contrário disso.

Novamente percebemos como Santa-Anna Nery buscava, através da imprensa, defender as atitudes de Floriano Peixoto, descrevendo a figura do chefe de Estado com muita credibilidade

frente às críticas externas. As considerações feitas pelo jornalista levam a constatação de que as informações escritas por ele tratavam de construções feitas por ele próprio, as quais pretendiam, através de exemplos, legitimar a repressão desencadeada naquele contexto. Isso pode ser observado na continuação do artigo, quando Santa-Anna Nery salienta que aqueles que manifestavam tanta ternura pelos chefes da insurreição no Brasil, deveriam ter ostentado os mesmos sentimentos quando, por exemplo, o presidente da França, Adolphe Thiers, castigou os autores da Comuna de Paris (NERY, 1984d).

O jornalista finalizava sua resposta aos editores do jornal britânico ressaltando que o Brasil, mesmo na condição de estar vivenciando uma guerra-civil, vinha cumprido com seus compromissos financeiros, comparando-o a Portugal que, em suas palavras, havia suspenso, em plena paz, o pagamento dos juros de suas dívidas. Completava a resposta em tom provocativo:

Se quiseres que o Brasil desça ao nível desse Estado, podeis aconselhar-lhe que deixe de aplicar as leis que punem a sedição. Mas, nesse caso, que será feito dos interesses que os ingleses têm naquele país que deve boa parte dos seus progressos aos capitais ingleses? (NERY, 1984d)

Todos os argumentos utilizados por Santa-Anna Nery pretendiam desconstruir aquilo que o jornal britânico *Times* havia publicado dias antes, tocando, inclusive, na questão financeira do país, algo que influenciava diretamente os interesses dos ingleses. Tais aspectos demonstram, mais uma vez, sua habilidade em intervir em assuntos que poderiam tanto corresponder às questões políticas como econômicas ou diplomáticas.

É perceptível, por meio da leitura das cartas e dos artigos anexados a elas, a missão a qual Santa-Anna Nery tomou para si, sendo um “porta-voz” no exterior dos interesses daqueles que governavam o Brasil no período. Seu papel não se diferenciava muito da atuação de outros sujeitos que, através da imprensa, das obras e das letras, caracterizavam as intrincadas relações de poder e a vida intelectual daquela época, tão próxima dos debates políticos e de seus desdobramentos.

Considerações finais

O uso de cartas como fonte na pesquisa histórica vem sendo cada vez mais reconhecido pelos pesquisadores. A importância desse tipo de documento revela muito mais do que a comunicação do remetente ao destinatário, desvendando, na escrita, o desejo de que as ideias incorporem os acontecimentos. Através das correspondências, o historiador tem a oportunidade

de penetrar nos jogos de interações sociais de determinada época, pois tal forma de escrita carrega consigo lugares, momentos particulares e sujeitos que fazem parte da história.

Refletindo sobre tais aspectos, torna-se necessário tomar os rastros presentes nas fontes selecionadas para esta pesquisa como fragmentos de uma história, sendo assim, dois aspectos podem ser explorados levando em consideração tal documentação. O primeiro, perpassa pelo reconhecimento de que os registros passam pela seleção daquilo que deve ser preservado e divulgado para os olhos futuros, ou seja, o que deve ser lembrado ou esquecido se assim for a vontade do titular de determinada documentação, sofrendo nesse sentido, a ação da ausência. O outro, faz referência aos rastros de memória e suas imbricações. O documento traz em si a subjetividade de quem o produziu, as experiências positivadas na memória do indivíduo, sua possível percepção sobre um determinado acontecimento. Nesse sentido, a memória individual, ou coletiva, é suscetível a usos e manipulações, sendo possível considerar, assim, que toda história tem seus limites de acesso ao passado.

Desse modo, somos levados a compreender como a memória passa a ser um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepor a processos estruturais pré-estabelecidos. As interpretações sobre o passado devem levar em consideração que este sempre está permeado por tensões, conflitos e relações ligados à experiência da história, à memória e ao esquecimento, em suma, na reconstrução daquilo que passou, não há nada de natural.

No que se refere a períodos de grande tensão e conflitos, como é o caso do tema que envolve as revoltas aqui abordadas, é notório como as memórias constituem-se dinamicamente entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Essas memórias são compartilhadas com o coletivo, auxiliam como elemento de identificação entre o grupo, o que confere, aos sujeitos envolvidos no processo, a noção de pertencimento. Por tais motivos, a análise pretendeu, no plano da memória coletiva, evidenciar as relações com a história e a luta política travada no momento. Sobretudo, evidenciou-se como o resgate historiográfico acaba entrando em conflito com aquilo que foi esquecido pelas versões oficiais da história e as lembranças vinculadas àqueles que têm o poder, que decidem quais narrativas deverão ser lembradas e quais deverão ser esquecidas.

A renovação na história política permitiu que novos olhares e problemáticas fossem levantadas sobre o documento histórico. Tais aspectos também podem ser percebidos quando utilizamos as correspondências enquanto fonte para pesquisa, através de novas perspectivas historiográficas. Sendo assim, mais do que a descrição ou a busca pela veracidade dos fatos, as

cartas tornam-se um meio privilegiado de acesso a atitudes e representações, cabendo ao historiador decidir o que irá buscar naqueles documentos, buscando decifrar a subjetividade entre as linhas daquele que escreve.

A correspondência analisada neste trabalho, a título de exemplo, constitui uma forma de compreendermos a arena política do contexto estudado através da abertura analítica proposta por essa renovação historiográfica. Neste sentido, as cartas endereçadas a Floriano Peixoto por Santa-Anna Nery colaboram com a compreensão sobre as intrincadas redes de relações existentes em um contexto particular, marcado pelas revoltas que o país enfrentava. Por meio de sua leitura, é possível verificar a existência de um arranjo internacional que contava com a participação de intelectuais, como no caso do jornalista amazonense, que desempenhavam, dentre outras coisas, papel fundamental na imprensa, tendo como objetivos proteger os interesses e a imagem do governo brasileiro no exterior.

Destaca-se, assim, o valor da fonte estudada, pois por meio dela é possível entrarmos em contato com o que estava sendo publicado e debatido em alguns periódicos internacionais sendo possível evidenciar, ainda, como as críticas levantadas eram contestadas. Tais indícios vêm reafirmar o relevante papel que a imprensa ocupava na época, principalmente enquanto meio de influir ideologias e concepções. Nesta perspectiva, a presente análise possibilitou, mesmo que de maneira sucinta, alargar algumas questões envolvendo os conflitos em estudo e os embates de opinião daquele momento histórico.

Sendo assim, o estudo permitiu evidenciar que as revoltas não ficaram restritas ao território nacional. Muito mais do que um problema interno, sua repercussão sugere que, internacionalmente, elas foram pautas de diferentes discussões, acabando por dividir opiniões. Neste cenário, é possível considerar que o poder instituído agia por meio de toda uma rede de comunicações entre indivíduos que compartilhavam, por intermédio das correspondências, suas experiências, preocupações e modos de agir frente a um contexto marcado pelos conflitos que convulsionaram os primeiros anos da República brasileira.

Fontes:

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 19/02/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 05/03/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 19/02/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 05/03/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Cássio A.A. **Prolegômeno historiográfico ao objeto político**. História. Rio Grande: v. 2, p. 9-24, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História Política**: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. Educere et Educare. Revista de Educação, Cascavel, n. 7, v. 4, p. 147-162, jan./jun. 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-12.

COELHO, Ana Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery**: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 5a Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-236.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R. (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A Diplomacia Marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. 2. Ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução. Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH-Brasil. Natal-RN, julho de 2013.